



A EXPANSÃO DA ASSISTÊNCIA AO ESTUDANTE UNIVERSITÁRIO EM TEMPOS NEOLIBERAIS

Josimeire de Omena Leite¹

RESUMO: O texto trata sobre a Assistência ao Estudante Universitário nas Instituições Federais de Ensino Superior brasileiras, na cena contemporânea. Visa, mediante a revisão bibliográfica, demonstrar que está a ocorrer um processo de assistencialização das políticas sociais, incluindo-se a assistencialização das políticas educacionais como mecanismo estratégico de combate à pobreza, em detrimento da perspectiva de afirmação e ampliação dos direitos sociais. Confere visibilidade aos principais mecanismos neoliberais presentes nas políticas sociais hodiernas, tornando perceptível que no bojo do processo de assistencialização da política social, a expansão da assistência ao estudante nas IFES se configura como um dos mecanismos integradores da sociedade, objetivando a manutenção da pobreza em níveis aceitáveis, para que esta não afete a legitimidade e a reprodução do capital.

Palavras-chave: Crise do capital; políticas sociais, educação superior; assistência ao estudante

ABSTRACT: This paper is about the Assistance to University Student in Federal Institutions of Higher Education in Brazil, in the contemporary scene. Aims, through literature review, demonstrate that has been occurring a process of assistance in the social policies, including the assistance in the educational policies as a strategic mechanism to combat poverty, to the detriment of perspective of affirmation and expansion of social rights. Gives visibility to the main neoliberal mechanisms present in the current social policies bringing to light valuable clues to become perceptible that, inside the process of assistance in the social policy, the expansion of assistance to the student in IFES is shaping up as one of the mechanisms integrators in society, aiming to maintain acceptable levels of poverty, so this does not affect the legitimacy and reproduction of capital.

Key words: Crisis of capital; social policies, higher education, student assistance

¹ Mestre. Universidade Federal de Alagoas (UFAL). E-mail: meireomena@hotmail.com



1 INTRODUÇÃO

Torna-se fulcral, em face das transformações contemporâneas, a compreensão da crise estrutural do capital e de como vem se delineando o processo de restauração conservadora por parte das classes dominantes, desvelando-se os atuais mecanismos neoliberais presentes nas políticas sociais. A presente reflexão traz importantes elementos para a crítica à forte tendência à assistência mitigadora que se espraia tanto no âmbito da Política de Educação Superior como na política de assistência ao estudante universitário – na contraface de sua expansão no governo Lula –, ambas tensionadas pelo processo de assistencialização das políticas sociais.

2 CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL E SEUS REFLEXOS NAS POLÍTICAS SOCIAIS BRASILEIRAS

A crise do fordismo e do keynesianismo não foi simplesmente uma flexão conjuntural, mas exprimiu, de forma profunda e complexa, uma crise estrutural do próprio sistema do capital, cuja tendência decrescente da taxa de lucro levou a uma reestruturação do modo de produção (ANTUNES, 1999 ; BIHR,1999).

A crise dos anos 1970 também era a manifestação, tanto do sentido destrutivo da lógica do capital, presente na intensificação da lei de tendência decrescente do valor de uso das mercadorias, quanto da incontabilidade do sistema de metabolismo social do capital (ANTUNES,1999; MÉSZÁROS, 2002). Como resposta a ela, constata-se a ocorrência de um processo de reestruturação da produção e do trabalho, bem como de todo um sistema ideopolítico de dominação que veio a corroer todo o mecanismo de regulação vigente na Europa durante o pós-guerra. Nesse cenário ganha forma e expressão um complexo arsenal de “[...] inovações organizacionais, institucionais e relacionais no complexo de produção de mercadorias” (ALVES, 2000, p. 38), mantendo, porém, intocáveis os pilares essenciais do modo de produção capitalista.

Melhor explicitando, em face das mudanças no interior do padrão de acumulação a fim de dinamizar o processo de produção que dava claros sinais de esgotamento, criaram-se as condições objetivas para a transição do padrão taylorista e fordista à chamada acumulação flexível. Com as novas exigências do capitalismo em nível mundial – novas condições de concorrência e de valorização do capital –, ganha projeção, a partir dos anos



1980, o toyotismo. Trata-se de um “[...] momento predominante do complexo de reestruturação produtiva” (IDEM, p. 29), alcançando um significativo poder ideológico e assumindo “[...] a posição de objetivação universal da categoria da flexibilidade, tornando-se valor universal para o capital em processo” (ALVES, 2000, p. 29)².

Indubitavelmente, a crise capitalista e as recentes mudanças na esfera da produção e da cultura impuseram novos desafios para os países da América Latina, incluindo o Brasil. Até o início do século XXI a agenda política dos países periféricos deu-se em torno do Consenso de Washington, que traçou um conjunto de medidas para fazer frente à estagnação econômica, à inflação e à crise da dívida externa. Tais medidas significaram “[...] a vitória político-cultural da burguesia rentista e prepararam o terreno para a inserção da América Latina na etapa contemporânea do imperialismo” (CASTELO, 2012, p. 623).

Nesse contexto, a virada neoliberal associa-se à restauração do poder das elites econômicas, ao aumento da concentração de renda em vários países e ao recrudescimento da desigualdade social a partir dos anos 1980 (HARVEY, 2008). Para o autor, os organismos multilaterais, com protagonismo do FMI e do Banco Mundial, tornaram-se centros de divulgação e implantação do fundamentalismo do livre mercado e da ortodoxia neoliberal, e “[...] em troca do reescalonamento da dívida, os países endividados tiveram de implementar reformas institucionais como cortes nos gastos sociais, leis dos mercado de trabalho mais flexíveis e privatização. Foi inventado o chamado ‘ajuste estrutural’” (2008, p. 38). As chamadas *economias emergentes* foram persuadidas, via FMI, “a se engajar rapidamente na liberalização financeira para um ajuste estrutural rumo à economia de mercado” (AGLIETTA, 2004b, p. 12). Como observa Silva Júnior (2002), convergem para o social as propostas de reorganização dos governos em defesa da acumulação e do fortalecimento do capital financeiro internacional.

Com efeito, a profundidade da crise e as respostas para o seu enfrentamento, provocaram intensas mudanças no cenário mundial, tanto na dimensão econômica, como nas dimensões política, social e cultural. Isso resultou em sérias conseqüências para o Estado e as políticas sociais, inclusive na política de educação superior pública brasileira e na assistência ao estudante universitário, na cena contemporânea.

² Segundo Coriat (apud ALVES, 2000, p. 42), “a flexibilidade [...] é pensada e construída como alavanca e fator-chave determinante da produtividade.”



3 O NOVO PROJETO DE RESTAURAÇÃO DA ORDEM DO CAPITAL E A REESTRUTURAÇÃO DA NOÇÃO DE POLÍTICA SOCIAL

Em seus estudos, Boschetti (2010) demonstra que, desde o ano de 2008, os países capitalistas enfrentam uma crise de amplas proporções, que pode ser comparada à crise de 1929 e cujos efeitos ainda não são conhecidos em sua totalidade.

No contexto da crise financeira que atingiu os Estados Unidos, as estratégias para o enfrentamento da crise, bem como o discurso que emerge, “[...] passam a transitar por uma espécie de juízo moral” (MOTA, 2010, p.18). Melhor explicitando, a crítica passa a recair sobre os capitalistas “maus e desonestos”, denominados de “especuladores irresponsáveis”, e a defesa recai sobre o “capitalismo sério, real, produtivo, democrático e redistributivo” (IDEM). Para a autora, tal discurso e as formas de enfrentamento da crise do capital financeiro revelam “[...] um novo projeto de restauração da ordem do capital, agora legitimado e conduzido por novos protagonistas: os governos de centro-esquerda latino-americanos” (2010, p.19). Ganha destaque, nesta conjuntura, o governo brasileiro Lula da Silva, um dos protagonistas da ideologia que faz a apologia do “[...] novo desenvolvimentismo fundado no equilíbrio econômico com desenvolvimento social” (IDEM).

Mota (2010) contribui significativamente para um melhor entendimento desta questão quando faz uma análise da conjuntura brasileira que se delinea a partir das últimas décadas do século XX. A autora discorre sobre a crise estrutural do capital e o caráter mundial desta crise, evidenciando como o capital procura enfrentar as suas contradições a partir dos anos 1980, e como o Estado brasileiro passa, a partir de meados dos anos 1990, a desempenhar um protagonismo ao desencadear um processo de contrarreforma cujo fim é a garantia dos lucros exorbitantes das oligarquias financeiras e econômicas que controlam os rumos da produção capitalista. Em sua investigação, destaca o papel das classes dominantes no seu ímpeto restaurador, apontando para o “novo movimento constitutivo da hegemonia das classes dominantes, desenvolvido com as armas da despolitização em prol da conservação dos interesses daquela classe”, no qual a “pequena política” ganha força e expressão (IDEM, p. 17; p. 21).

É consensual entre os autores da tradição marxista, inclusive Mauriel (2010) e Mota (2010), que o governo Lula, ao buscar responder à luta histórica contra a desigualdade social – com estratégias que escamoteiam o antagonismo de classe, com vistas a obter o consentimento de uma considerável parte dos trabalhadores –, desistoriciza a pobreza. Os



estudos de Mauriel (2010, p. 174) são elucidativos ao apontar que “[...] a reestruturação da noção de política social em direção aos mais pobres, cada vez mais distante da concepção de seguridade, aconteceu vinculada a outros aspectos fundamentais: a mudança do estatuto teórico da questão social, que passa a ser cada vez mais reduzida à pobreza”. Mota observa que Lula adotou como estratégia para o enfrentamento da pobreza as políticas de cunho compensatório, sem deixar de atender às exigências da classe dominante (2010). Ao enfatizar que “a contrarreforma do período Lula, ao mesmo tempo que é restauração das bases de acumulação sob a égide do bom capitalismo, também é reforma social e moral” (2010, p. 24), a autora constata que o governo Lula atendeu a algumas das necessidades da pobreza, sem que isso significasse um rompimento com a desigualdade social ou colocasse em questão a exploração capitalista.

É nessa conjuntura sócio-histórica que não só o apelo à solidariedade, num contexto de desmonte dos direitos sociais, entra na ordem do dia, mas também ganham força as “[...] estratégias focalistas e discriminatórias de atenção social” (PEREIRA E STEIN, 2010, p. 110), antes mesmo que se tornasse sólido um aparato institucional a garantir um padrão de proteção social universal.

4 A ASSISTENCIALIZAÇÃO DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS E A ASSISTÊNCIA AO ESTUDANTE UNIVERSITÁRIO: mecanismos estratégicos de combate à pobreza em tempos neoliberais

Um dos relatórios do Banco Mundial para o Brasil, elaborado em 2000 e intitulado *Vozes dos Pobres*, afirma que esse organismo, apesar de defender os interesses das classes dominantes, reconhece os impactos sociais negativos do ajuste estrutural na economia, ante a persistência e o crescimento da pobreza e da desigualdade nos países da América Latina, inclusive no Brasil (TEIXEIRA, 2010). O autor acrescenta que desse reconhecimento resulta uma contradição: “a criação de uma concepção de política social para responder aos ‘reconhecidos’ problemas, resguardando, contudo, a estrutura da acumulação do capital” (2010, p. 655).

Teixeira (2010) enfatiza que, se por um lado, o Banco Mundial reconhece a existência de um alarmante e inaceitável quadro de pobreza e desigualdade social no Brasil, bem como a impossibilidade de se combater esses níveis de pobreza apenas com o crescimento econômico e via mercado, por outro, recomenda um conjunto de políticas cujo



fim é o fortalecimento do mercado, tendo como principal fundamento a retomada do crescimento econômico. Em suas palavras, “o fundamento da política social é econômico, e não social. E, com isso, assume a existência de um grupo de pessoas incapazes de se beneficiar desse processo, indivíduos que serão alvo das políticas sociais compensatórias e focalizadas (2010, p. 657).

É nesse cenário – em que se dá a plena adesão dos governos brasileiros à recomendação dos organismos multilaterais – que ganham forma e expressão os mecanismos neoliberais presentes nas atuais políticas sociais, que, por sua vez, exercerão uma forte influência em seus processos decisórios. Pereira e Siqueira (2010) destacam: a focalização na pobreza extrema; a privatização das políticas sociais; a centralidade dos programas de transferência de renda; e a regressividade tributária.

Sobre as principais consequências das privatizações, constata-se que as necessidades sociais básicas são confundidas com o desejo de consumo; os direitos sociais não são garantidos, já que o mercado não se obriga a satisfazer demandas e necessidades sociais, e a continuidade da venda de produtos, por parte deste, depende tão somente da lucratividade. Assim, “a política social deixa de ter como prioridade a justiça social, ganhando destaque a liberdade de consumo e de produção, bem como a lucratividade privada (IDEM, p. 220). Para as autoras (2010), a privatização, além de viabilizar um nicho lucrativo para o capital, ocasiona uma dualidade discriminatória entre os que podem e os que não podem pagar pelos serviços.

É nesse cenário contemporâneo que as políticas sociais, incluindo-se a política de educação superior brasileira, mercantilizam-se segundo a matriz teórico-política e ideológica do Estado neoliberal. Alia-se a esse quadro uma nítida tendência de assistencialização das políticas sociais (MOTA, 2008), incluindo-se “uma assistencialização das políticas educacionais” (MORES & LIMA, 2011). É que o “viés assistencial tende a legitimar-se como estratégia necessária para o combate à pobreza no âmbito da política de educação, em detrimento da perspectiva de afirmação e ampliação dos direitos sociais” (IDEM, p. 1).

No âmbito das instituições públicas de ensino superior, a reflexão referente à economia e políticas sociais centra-se na problemática da pobreza, e “no lugar de pensar os determinantes da pobreza, os estudos passam a privilegiar as políticas de alívio à pobreza por meio de bolsas e da neofilantropia” (LEHER, 2010, p. 34).



Estudos já apontam para um processo de focalização e bolsificação da assistência estudantil como “[...] consequência da tendência à assistencialização das políticas sociais que, no âmbito da educação, tem a assistência ao estudante como expressão máxima” (NASCIMENTO & SANTOS, 2012, s. p.).

É público e notório que na segunda gestão do governo Lula houve uma expansão da assistência ao estudante nas IES públicas e que os recursos para a assistência estudantil também aumentaram gradativamente. Tal orçamento é repassado às universidades federais através do Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES para a promoção de ações em diversas áreas. No entanto, “o panorama da Assistência Estudantil na atualidade reúne uma gama de programas e ações desarticuladas, focalizadas e segmentadas que respondem à ampliação da política, mas sem priorizar a qualidade” (NASCIMENTO, 2012, p. 24). Ainda nessa direção, ao discutirem as principais tendências das Políticas de Assistência Estudantil nas IFES a partir da implementação do PNAES, Nascimento e Santos afirmam que “[...] sob a bandeira da ‘democratização’, estas ações estruturam-se, cada vez mais, de forma focalizada/ seletiva, assistencialista, tendendo à ‘bolsificação’ de seus serviços” (2012, s. p.).

A nosso ver, tais fenômenos têm relação com a tendência geral da sociedade capitalista de tratar a desigualdade social colocando a assistência como demiurgo da pobreza, sendo as necessidades sociais tratadas de forma fragmentária e compensatória pelo Estado. À medida que ocorre, no governo Lula, uma nítida ofensiva em busca de um novo consentimento social, a assistência ao estudante universitário, na contraface de sua expansão, torna-se um dos lócus prioritários da ideologia social-liberalista. Configura-se como um dos mecanismos integradores da sociedade, cujo fim é a manutenção da pobreza em níveis aceitáveis, para que não afete a legitimidade e a reprodução do capital.

5 CONCLUSÃO

A revisão bibliográfica apresentada neste artigo busca contribuir para o debate que se delinea sobre a expansão da assistência ao estudante universitário, numa conjuntura sócio-histórica neoliberal em que ganha forma e expressão um processo de contrarreforma do ensino superior público brasileiro.



A nosso ver, o debate apenas se inicia, pois diante da ofensiva do capital no seu ímpeto restaurador, vislumbra-se na atual conjuntura uma forte tendência à assistência mitigadora que se espalha no interior das Instituições de Ensino Superior brasileiras, na contraface da expansão da assistência ao estudante pobre. Ambas são tensionadas pelo processo de assistencialização das políticas sociais, incluindo-se o processo de assistencialização da política de educação superior pública brasileira, que ganha forma e expressão no governo Lula.

Por fim, entende-se que os fenômenos, ora apresentados, têm relação com a tendência geral da sociedade capitalista de tratar a desigualdade social colocando a assistência como demiurgo da pobreza, sendo as necessidades sociais tratadas de forma fragmentária e compensatória pelo Estado. Vê-se, pois, que ao tempo que ocorre uma nítida ofensiva em busca de um novo consentimento social, a assistência ao estudante universitário torna-se um dos *lócus* prioritários da ideologia social-liberalista e de uma justiça social restrita à extrema pobreza, mantendo, porém, intocáveis os pilares essenciais do modo de produção capitalista.

REFERÊNCIAS

AGLIETTA, Michel. **Macroeconomia financeira**: crises financeiras e regulação monetária. São Paulo: Loyola, 2004b.

ALVES, G. **O novo (e precário) mundo do trabalho**: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo. São Paulo: Boitempo, 2000.

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho** – Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. Ed. Boitempo, São Paulo, 1999.

BIHR, A. **Da Grande Noite à Alternativa**: o movimento operário europeu em crise. 2ª ed. São Paulo: Boitempo, 1999.

BOSCHETTI, Ivanete. Os custos da crise para a política social. In: **Capitalismo em crise, política social e direitos**. Ivanete Boschetti... [et al.] (Orgs.). – São Paulo: Cortez, 2010.

CASTELO, R. O novo desenvolvimentismo e a decadência ideológica do pensamento econômico brasileiro. In: **Revista Serviço Social e Sociedade**. Cortez editora, out./dez., 2012.



HARVEY, D. **O Neoliberalismo: história e implicações**. Tradução: Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

LEHER, Roberto. Crise estrutural e função social da universidade pública. In: **Revista Temporalis**. ABEPSS, Brasília, 2010.

MAURIEL, Ana Paula. Pobreza, seguridade e assistência social: desafios da política social brasileira. In: **Revista Katálysis**. V.13, nº 2, p.173-180, jul./dez., 2010.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo; Unicamp, 2002.

MORAES, Michelle Rodrigues & LIMA, Gleyce Figueiredo de. **Assistencialização das políticas educacionais brasileiras**. V Encontro Brasileiro de Educação e Marxismo. Marxismo, Educação e Emancipação Humana. In: *Anais...* Abril de 2011 – UFSC. Disponível em: <http://www.5ebem.ufsc.br/trabalhos/eixo_05/e05f_t005.pdf>. Acesso em: 23.1.2013.

MOTA, Ana Elizabete. **O Mito da Assistência Social**. São Paulo: Ed. Cortez, 2008.
MOTA, Ana Elizabete. Redução da pobreza e aumento da desigualdade: um desafio teórico-político ao serviço social brasileiro. In: **As ideologias da contrarreforma e o serviço social**. Ana Elizabete Mota. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2010.

NASCIMENTO, C. M. do. Estado Autocrático Burguês e Política Educacional no Brasil: contribuições ao debate sobre a assistência estudantil nas IFES. In: **Revista Ser Social**. V. 14, nº 30, Brasília, 2012. Disponível em: <http://seer.bce.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/3981/5736>. Acesso: 14.1.2013.

NASCIMENTO. C. M. do; SANTOS, T. A. P. Política de Educação Superior: tendências da assistência estudantil na contra-reforma universitária. In: **Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social – XIII ENPESS**, Juiz de Fora, MG, 2012.

PEREIRA, C. P., SIQUEIRA, M. C. A. As contradições da política de assistência social neoliberal. In: **Capitalismo em crise, política social e direitos**. Ivanete Boschetti... [et al.] (Orgs.). São Paulo: Cortez, 2010.

PEREIRA, P. A. P., STEIN, R. H. Política Social: universalidade *versus* focalização. Um olhar sobre a América Latina. In: **Capitalismo em crise, política social e direitos**. Ivanete Boschetti... [et al.] (Orgs.). São Paulo: Cortez, 2010.

SILVA JÚNIOR, João dos Reis. **Reforma do Estado e da Educação no Brasil de FHC**. João dos Reis Silva Júnior – São Paulo: Xamã, 2002.

TEIXEIRA, R. V. Uma crítica da concepção de política social do Banco Mundial na cena contemporânea. In: **Serviço Social & Sociedade**. São Paulo, nº 104, p. 650-680, 2010.